

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.096.770
Preferenciais	0
Total	53.096.770
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	27/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,00063

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	3.373.392	3.615.098
1.01	Ativo Circulante	1.076.775	1.227.240
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	118.906	374.459
1.01.03	Contas a Receber	664.012	633.668
1.01.03.01	Clientes	664.012	633.668
1.01.04	Estoques	2.639	2.599
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.484	27.900
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	31.484	27.900
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.759	1.523
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	28.725	26.377
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	259.734	188.614
1.01.08.03	Outros	259.734	188.614
1.01.08.03.01	Outros Créditos	93.536	96.369
1.01.08.03.02	Derivativos	125.671	92.245
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro Setorial	40.527	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.296.617	2.387.858
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.330.081	1.429.748
1.02.01.03	Contas a Receber	14.080	13.917
1.02.01.03.01	Clientes	14.080	13.917
1.02.01.06	Tributos Diferidos	31.697	19.377
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	31.697	19.377
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.284.304	1.396.454
1.02.01.09.03	Derivativos	19.352	76.337
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	210.235	209.403
1.02.01.09.05	Tributos a compensar	19.580	19.498
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	993.690	968.375
1.02.01.09.10	Outros Créditos	9.111	8.616
1.02.01.09.11	Ativo Financeiro Setorial	32.336	114.225
1.02.04	Intangível	966.536	958.110
1.02.04.01	Intangíveis	966.536	958.110

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	3.373.392	3.615.098
2.01	Passivo Circulante	1.310.451	1.480.745
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.867	15.545
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.867	15.545
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	16.867	15.545
2.01.02	Fornecedores	421.980	517.360
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	421.980	517.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	144.013	152.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.586	35.900
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	1.514
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	5.427	5.474
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	24.997	25.212
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	4.162	3.700
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	108.996	115.711
2.01.03.02.01	ICMS	108.996	115.711
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	431	567
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	431	567
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	565.611	522.862
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	498.885	445.453
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	56.075	57.568
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	442.810	387.885
2.01.04.02	Debêntures	66.726	77.409
2.01.04.02.01	Debêntures	66.726	77.409
2.01.05	Outras Obrigações	161.980	272.800
2.01.05.02	Outros	161.980	272.800
2.01.05.02.04	Derivativos	6.306	0
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	36.722
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	112.915	110.833
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	26.888	111.230
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	15.871	14.015
2.02	Passivo Não Circulante	1.561.816	1.673.294
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.146.828	1.247.339
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	465.186	722.484
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	131.099	144.392
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	334.087	578.092
2.02.01.02	Debêntures	681.642	524.855
2.02.01.02.01	Debêntures	681.642	524.855
2.02.02	Outras Obrigações	170.576	184.867
2.02.02.02	Outros	170.576	184.867
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	124.640	128.346
2.02.02.02.05	Derivativos	7.944	19.753
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	37.992	36.768
2.02.04	Provisões	244.412	241.088
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	244.412	241.088
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	182.238	179.189
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34.630	32.926

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	24.963	24.597
2.02.04.01.05	Outros	2.581	4.376
2.03	Patrimônio Líquido	501.125	461.059
2.03.01	Capital Social Realizado	240.144	240.144
2.03.02	Reservas de Capital	55.905	55.905
2.03.04	Reservas de Lucros	286.617	280.148
2.03.04.01	Reserva Legal	7.604	7.604
2.03.04.02	Reserva Estatutária	206.779	200.310
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	28.445	28.445
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	43.789	43.789
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	37.643	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-119.184	-115.138

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	917.011	849.889
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-743.484	-685.764
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-634.823	-576.675
3.02.02	Custo de Operação	-66.931	-61.730
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-41.730	-47.359
3.03	Resultado Bruto	173.527	164.125
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.758	-81.076
3.04.01	Despesas com Vendas	-29.340	-33.770
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.516	-45.846
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.902	-1.460
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	113.769	83.049
3.06	Resultado Financeiro	-24.645	-32.505
3.06.01	Receitas Financeiras	18.982	33.022
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.627	-65.527
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	89.124	50.544
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.016	-19.181
3.08.01	Corrente	-37.072	-20.484
3.08.02	Diferido	4.056	1.303
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	56.108	31.363
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	56.108	31.363
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00106	0,00057
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00062

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	56.108	31.363
4.03	Resultado Abrangente do Período	56.108	31.363

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-161.938	-104.566
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	159.767	163.070
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes dos Tributos	89.124	50.544
6.01.01.02	Amortização	24.688	23.895
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	2.786	17.396
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	25.840	52.456
6.01.01.05	Despesa/(Receita) com Plano de Pensão	4.093	4.311
6.01.01.06	Perda (ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	2.912	1.470
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.324	12.998
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-321.705	-267.636
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-58.515	-126.976
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-2.406	-4.120
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	1.073	8.341
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	52.923	0
6.01.02.07	Contas a Receber CDE	9.886	9.062
6.01.02.09	Outros Ativos Operacionais	-21.988	-18.497
6.01.02.10	Fornecedores	-95.380	-57.296
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	-84.342	-298
6.01.02.12	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-3.934	-23.054
6.01.02.13	Contas a pagar CDE	3.049	0
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-39.846	-19.760
6.01.02.15	Passivo Financeiro Setorial	-50.332	-11.283
6.01.02.16	Encargo de Dívidas e Debêntures Pagos	-33.804	-62.230
6.01.02.17	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-6.651	15.179
6.01.02.18	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-5.943	-4.853
6.01.02.19	Outros Passivos Operacionais	14.505	28.149
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.539	-38.337
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-62	80
6.02.03	Adições de Intangível	-49.477	-38.417
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-44.076	143.849
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	214.739	303.509
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-290.061	-128.287
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	31.246	-31.373
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-255.553	946
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	374.459	783.818
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	118.906	784.764

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.144	55.905	280.148	0	-115.138	461.059
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.112	-4.046	40.066
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.108	0	56.108
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-11.996	-4.046	-16.042
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.046	-4.046
5.05.02.06	Efeito da aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-11.996	0	-11.996
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	6.469	-6.469	0	0
5.07	Saldos Finais	240.144	55.905	286.617	37.643	-119.184	501.125

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.363	0	31.363
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.363	0	31.363
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.374	-5.374	0	0
5.06.08	Movimentação De Reserva Estatutária no Exercício	0	0	5.374	-5.374	0	0
5.07	Saldos Finais	235.556	60.493	179.018	25.989	-113.938	387.118

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	1.510.198	1.402.589
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.478.856	1.368.295
7.01.02	Outras Receitas	41.665	47.292
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	41.665	47.292
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.323	-12.998
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-804.983	-762.115
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-707.560	-651.218
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-79.528	-77.292
7.02.04	Outros	-17.895	-33.605
7.03	Valor Adicionado Bruto	705.215	640.474
7.04	Retenções	-24.729	-23.894
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.729	-23.894
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	680.486	616.580
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.591	34.813
7.06.02	Receitas Financeiras	20.591	34.813
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	701.077	651.393
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	701.077	651.393
7.08.01	Pessoal	36.419	40.632
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.281	22.650
7.08.01.02	Benefícios	15.276	16.042
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.862	1.940
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	563.109	512.154
7.08.02.01	Federais	305.033	282.394
7.08.02.02	Estaduais	257.467	229.186
7.08.02.03	Municipais	609	574
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.441	67.244
7.08.03.01	Juros	44.366	66.138
7.08.03.02	Aluguéis	1.075	1.106
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.108	31.363
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.108	31.363

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		Variação
	2018	2017	
Receita operacional bruta	1.520.521	1.415.587	7,4%
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.214.684	1.089.748	11,5%
Suprimento de energia elétrica	11.944	97.289	-87,7%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	41.665	47.292	-11,9%
Outras receitas operacionais	210.069	160.346	31,0%
Ativo e passivo financeiro setorial	42.159	20.911	101,6%
Deduções da receita operacional	(603.511)	(565.697)	6,7%
Receita operacional líquida	917.011	849.889	7,9%
Custo com energia elétrica	(634.823)	(576.675)	10,1%
Energia comprada para revenda	(484.872)	(536.485)	-9,6%
Encargo de uso do sist transm distrib	(149.951)	(40.190)	273,1%
Custo e despesa operacional	(168.417)	(190.165)	-11,4%
Pessoal	(35.399)	(40.526)	-12,7%
Entidade de previdência privada	(4.093)	(4.311)	-5,1%
Material	(5.545)	(4.546)	22,0%
Serviço de terceiros	(35.705)	(29.783)	19,9%
Amortização	(24.688)	(23.857)	3,5%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(41.665)	(47.292)	-11,9%
Outros	(21.322)	(39.851)	-46,5%
Resultado do serviço	113.769	83.049	37,0%
Resultado financeiro	(24.646)	(32.505)	-24,2%
Receitas financeiras	18.982	33.022	-42,5%
Despesas financeiras	(43.627)	(65.527)	-33,4%
Resultado antes dos tributos	89.124	50.544	76,3%
Contribuição social	(8.708)	(5.108)	70,5%
Imposto de renda	(24.307)	(14.073)	72,7%
Resultado Líquido do Período	56.108	31.363	78,9%
EBITDA	138.457	106.906	29,5%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2018 foi de R\$ 1.520.521, apresentando aumento de 7,4% (R\$ 104.934) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.478.856, apresentando um aumento de 8,1% (R\$ 110.561) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 11,5% (R\$ 124.936) principalmente pelo (i) aumento de 14,0% na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 17,28% a partir de outubro de 2017, compensado pela redução da alíquota efetiva de PIS e COFINS, compensado pela (ii) redução de 2,2% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 87,7% (R\$ 85.345) principalmente pelo volume menor de energia elétrica comercializada no curto prazo no exercício

Comentário do Desempenho

de 2017, associado às recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;

- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 31,0% (R\$ 49.723) basicamente: (i) aumento na receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 61.264) em função principalmente do RTA de outubro de 2017 e aumento no volume de energia vendida, (ii) aumento nas subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (R\$ 4.766), compensado por (v) redução no reconhecimento do ativo a receber da Eletrobrás (R\$ 17.991) em função de liminares (nota 23.3);
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de receita de 101,6% (R\$ 21.248), principalmente em: (i) diferimento de sobrecontratação, CDE, Encargos de Serviços do Sistema compensado pelo diferimento de custo de energia compensado por (ii) amortização dos ativos e passivos homologados.

➤ Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2018, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 3,4% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 50,7% do mercado total da distribuidora. O consumo registrou queda de 0,9% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 23,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 5,9% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 13,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 10,9% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 12,2% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 0,8% no 1º trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento do consumo da classe poder público e iluminação pública.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 3,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta queda na classe residencial de 0,9%, crescimento no comercial 0,8% e na industrial de 7,9%. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 2,9%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2018 foram de R\$ 603.511, apresentando um aumento de 6,7% (R\$ 37.814) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente: (i) ICMS (R\$ 28.282), (ii) CDE (R\$ 11.091), (iii) PIS e COFINS (R\$ 9.017) compensado parcialmente por (iv) bandeiras tarifárias (R\$ 6.652) e (iii) PROINFA (R\$ 4.536).

Custo com energia elétrica

Comentário do Desempenho

No 1º trimestre de 2018 o custo com energia elétrica foi de R\$ 634.823, apresentando um aumento de 10,1% (R\$ 58.148), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** redução de 9,6% (R\$ 51.613) em função: (i) redução de 19,9% no volume de energia comprada, (ii) ressarcimento de geradoras (R\$ 6.781) compensado parcialmente por (iii) aumento de 13,8% no preço médio justificado principalmente pelo preço de liquidação de diferenças ("PLD") e (iv) crédito PIS e COFINS.
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 273,1% (R\$ 109.761) impactado principalmente pelo: (i) encargos de rede básica (R\$ 79.688), (ii) encargos de serviço do sistema (ESS) e encargos de energia de reserva (EER) (R\$ 29.457), (iii) encargo de transporte de Itaipu (R\$ 9.009), (iv) encargos de conexão (R\$ 1.435) compensado parcialmente por (iv) crédito PIS e COFINS (R\$ 11.188).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 168.417 no 1º trimestre de 2018, apresentando uma redução de 11,4% (R\$ 21.748) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 126.752, apresentando redução de 11,3% (R\$ 16.121).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 102.064 neste trimestre, uma redução de 14,2% (R\$ 16.953) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** redução de 12,7% (R\$ 5.127) principalmente por conta da mudança em 2018 na forma de compartilhamento de recursos de pessoal entre empresas reguladas, nos termos da Resolução Normativa Aneel nº 699/2016;
- ii. **Serviços de terceiros:** aumento de 19,9% (R\$ 5.922), principalmente em: (i) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 1.330), (ii) poda de árvores (R\$ 1.312), (iii) vigilância e segurança patrimonial (R\$ 629), (iv) leitura de medidores e uso (R\$ 619), (v) serviços terceirizados (R\$ 575) e (vi) reaviso, corte e religação (R\$ 554);
- iii. **Outros:** redução de 46,5% (R\$ 18.529) principalmente em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 14.739), (ii) compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade, reclassificadas para outras receitas (R\$ 1.802) e (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 2.674).

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma receita de R\$ 24.646, uma redução de 24,2% (R\$ 7.859) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 42,5% (R\$ 14.040) principalmente em: (i) rendas de aplicações financeiras (R\$ 15.394), (ii) atualização de depósitos judiciais (R\$ 1.419), compensado parcialmente por (iii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 1.368) e (iv) atualização liminares de desconto CDE de 2017 (R\$ 576);

Comentário do Desempenho

- **Despesas financeiras:** redução de 33,4% (R\$ 21.900), principalmente em: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 20.063), (ii) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 4.263) compensado parcialmente por (iii) variação cambial de Itaipu em função da reclassificação para o custo em 2018 (R\$ 1.749).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 33.015, apresentando aumento de 72,1% (R\$ 13.834) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 56.108, com aumento de 78,9% (R\$ 24.745), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 138.457, apresentando um aumento de 29,5% (R\$ 31.551) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	118.906	374.459
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	664.012	633.668
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.759	1.523
Outros tributos a compensar	7	28.725	26.377
Derivativos	29	125.671	92.245
Ativo financeiro setorial	8	40.527	-
Estoques		2.639	2.599
Outros créditos	11	93.537	96.370
Total do circulante		1.076.775	1.227.240
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	14.080	13.917
Depósitos judiciais	19	210.235	209.403
Outros tributos a compensar	7	19.580	19.498
Ativo financeiro setorial	8	32.336	114.225
Derivativos	29	19.352	76.337
Créditos fiscais diferidos	9	31.697	19.377
Ativo financeiro da concessão	10	993.690	968.375
Outros créditos	11	9.112	8.616
Intangível	12	966.536	958.110
Total do não circulante		2.296.617	2.387.858
Total do ativo		3.373.392	3.615.098

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	13	421.980	517.360
Empréstimos e financiamentos	14	498.885	445.453
Debêntures	15	66.726	77.409
Entidade de previdência privada	16	15.871	14.015
Taxas regulamentares	17	26.888	111.230
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	1.514
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	144.013	150.664
Obrigações estimadas com pessoal		16.867	15.545
Derivativos	29	6.306	-
Passivo financeiro setorial	8	-	36.722
Outras contas a pagar	20	112.914	110.834
Total do circulante		1.310.450	1.480.745
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	465.186	722.484
Debêntures	15	681.642	524.855
Entidade de previdência privada	16	124.640	128.346
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	244.412	241.088
Derivativos	29	7.944	19.753
Outras contas a pagar	20	37.992	36.768
Total do não circulante		1.561.816	1.673.294
Patrimônio líquido			
Capital social	21	240.144	240.144
Reservas de capital		55.905	55.905
Reserva legal		7.604	7.604
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		206.779	200.310
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		43.789	43.789
Dividendo		28.445	28.445
Resultado abrangente acumulado		(119.184)	(115.138)
Lucros acumulados		37.643	-
Total do patrimônio líquido		501.125	461.059
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.373.392	3.615.098

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Receita operacional líquida	23	917.011	849.889
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(634.823)	(576.675)
Custo de operação	25	(66.931)	(61.730)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(41.730)	(47.359)
Lucro operacional bruto		173.527	164.125
Despesas operacionais	25		
Despesas com vendas		(29.340)	(33.770)
Despesas gerais e administrativas		(27.516)	(45.846)
Outras despesas operacionais		(2.900)	(1.460)
Resultado do serviço		113.769	83.049
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		18.982	33.022
Despesas financeiras		(43.627)	(65.527)
		(24.646)	(32.505)
Lucro antes dos tributos		89.124	50.544
Contribuição social	9	(8.708)	(5.108)
Imposto de renda	9	(24.307)	(14.073)
		(33.016)	(19.181)
Lucro líquido do período		56.108	31.363
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	1,06	0,57
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	-	0,62

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Lucro líquido do período	56.108	31.363
Resultado abrangente do período	56.108	31.363

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	240.144	55.905	7.604	200.310	43.789	28.445	(115.138)	-	461.059
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	56.108	56.108
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	(4.045)	-	(4.045)
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	6.469	-	-	-	(6.469)	-
Saldos em 31 de março de 2018	240.144	55.905	7.604	206.779	43.789	28.445	(119.184)	37.643	501.125

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	235.556	60.493	173.644	-	(113.939)	-	355.755
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	31.363	31.363
Mutações internas do patrimônio líquido							
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	5.374	-	-	(5.374)	-
Saldos em 31 de março de 2017	235.556	60.493	179.019	-	(113.939)	25.989	387.118

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Lucro antes dos tributos	89.124	50.544
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	24.688	23.895
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.786	17.396
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.324	12.998
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	25.840	52.456
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	4.093	4.311
Perda (ganho) na baixa de não circulante	2.912	1.470
	159.767	163.070
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(58.515)	(126.976)
Tributos a compensar	(2.406)	(4.120)
Depósitos judiciais	1.073	8.341
Ativo financeiro setorial	52.923	-
Contas a receber - CDE	9.886	9.062
Outros ativos operacionais	(21.988)	(18.497)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(95.380)	(57.296)
Outros tributos e contribuições sociais	(6.651)	15.179
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(5.943)	(4.853)
Taxas regulamentares	(84.342)	(298)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(3.934)	(23.054)
Passivo financeiro setorial	(50.332)	(11.283)
Contas a pagar - CDE	3.049	-
Outros passivos operacionais	14.505	28.149
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(88.288)	(22.576)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(33.804)	(62.230)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.846)	(19.760)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(161.938)	(104.566)
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(62)	80
Adições de intangível	(49.477)	(38.417)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(49.539)	(38.337)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	214.739	303.509
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(290.061)	(128.287)
Liquidação de operações com derivativos	31.246	(31.373)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(44.076)	143.849
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(255.553)	946
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	374.459	783.818
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	118.906	784.764

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017
 (Em milhares de reais)

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
1 - Receita	1.510.198	1.402.589
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.478.856	1.368.295
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	41.665	47.292
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.324)	(12.998)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(804.983)	(762.115)
2.1 Custo com energia elétrica	(707.560)	(651.218)
2.2 Material	(29.747)	(29.951)
2.3 Serviços de terceiros	(49.782)	(47.341)
2.4 Outros	(17.894)	(33.605)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	705.215	640.474
4 - Retenções	(24.729)	(23.894)
4.1 Amortização	(24.729)	(23.894)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	680.486	616.579
6 - Valor adicionado recebido em transferência	20.591	34.813
6.1 Receitas financeiras	20.591	34.813
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	701.077	651.393
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	36.419	40.632
8.1.1 Remuneração direta	19.281	22.650
8.1.2 Benefícios	15.276	16.042
8.1.3 F.G.T.S	1.862	1.939
8.2 Impostos, taxas e contribuições	563.109	512.155
8.2.1 Federais	305.033	282.395
8.2.2 Estaduais	257.467	229.186
8.2.3 Municipais	609	574
8.3 Remuneração de capital de terceiros	45.441	67.244
8.3.1 Juros	44.366	66.138
8.3.2 Aluguéis	1.075	1.106
8.4 Remuneração de capital próprio	56.108	31.363
8.4.1 Lucros retidos	56.108	31.363
	701.077	651.393

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,7 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 233.675, o que está dentro dos planos de redução nos custos das dívidas da Companhia. Adicionalmente a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 exceto quanto ao descrito na nota 3, e, portanto devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 7 de maio de 2018.

Notas Explicativas

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a

Notas Explicativas

totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Com exceção ao descrito a seguir, as principais informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1 de janeiro de 2018, com efeitos retrospectivos. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

O efeito da aplicação inicial dessa norma (CPC 48) é atribuído principalmente:

- Quando da marcação a mercado de passivos financeiros, ao reconhecimento do risco de crédito em outros resultados abrangentes, anteriormente registrados no resultado do período; e
- a um aumento nas perdas por *impairment* (provisão para créditos de liquidação duvidosa) reconhecidos em ativos financeiros.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

a) Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

Conforme descrito na nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía ativos relevantes classificados como “disponíveis para venda”, de acordo com os requerimentos atuais do CPC 38. Estes ativos representam o direito à indenização ao final do prazo de concessão da Companhia. Estes ativos passaram a ser classificados como mensurados ao valor justo contra resultado de acordo com a nova norma e os efeitos da mensuração subsequente deste ativo são registrados no resultado do exercício, não havendo impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Conforme nota 3.15 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o CPC 48 determina que os passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado que possuem o risco de crédito como componente de seu cálculo, tenha os efeitos das mudanças neste risco de crédito registrado em outros resultados abrangentes, em vez de diretamente no resultado do exercício. O montante registrado no 1º trimestre de 2018 no resultado abrangente, em função desta alteração foi R\$ 4.045.

b) *Impairment* de ativos financeiros

O CPC 48 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito. O efeito da adoção deste pronunciamento para é o complemento de despesa de R\$ 18.176 registrados diretamente em Lucros Acumulados (R\$ 11.996 líquido dos efeitos tributários).

Notas Explicativas

CPC 47 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, penalidades ou similares. A Companhia é avaliada pela qualidade do serviço que presta a seus consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Quando determinados índices não são alcançados, penalidades são aplicadas à Companhia, atualmente reconhecidas como despesa operacional.

Com a adoção do CPC 47, passam a se tornar uma redutora de receita, representando mera reclassificação entre linhas do resultado, sem efeitos no lucro líquido da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2018, a compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos passou a ser registrada como receita operacional, na rubrica Outras Receitas, sendo que até 31 de dezembro era registrada em Outras Despesas Operacionais. O montante registrado no 1º trimestre de 2018 foi R\$ 1.790 (nota 23).

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados a valor justo. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

Notas Explicativas**(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos bancários	28.840	67.347
Aplicações financeiras	<u>90.067</u>	<u>307.112</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	51.545
Certificado de depósito bancário (b)	90.066	222.483
Fundos de investimento (c)	<u>1</u>	<u>33.084</u>
Total	<u>118.906</u>	<u>374.459</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,00% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 100% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2018	31/12/2017
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	133.115	109.022	16.518	258.655	250.815
Industrial	25.488	29.397	16.058	70.943	74.393
Comercial	46.596	18.425	6.458	71.479	76.757
Rural	1.843	984	185	3.012	3.335
Poder público	10.541	758	45	11.343	12.231
Iluminação pública	9.433	603	389	10.425	11.382
Serviço público	9.693	3.720	339	13.752	14.912
Faturado	236.709	162.909	39.992	439.609	443.825
Não faturado	233.182	-	-	233.182	196.269
Parcelamento de débito de consumidores	26.478	4.980	6.600	38.059	33.979
Operações realizadas na CCEE	20.778	-	-	20.778	7.315
Concessionárias e permissionárias	2.195	-	-	2.195	2.112
	<u>519.342</u>	<u>167.889</u>	<u>46.592</u>	<u>733.823</u>	<u>683.499</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(69.812)	(49.829)
Total				<u>664.012</u>	<u>633.668</u>
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	8.355	-	-	8.355	8.128
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	<u>16.563</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.563</u>	<u>16.336</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(2.482)	(2.419)
Total				<u>14.080</u>	<u>13.917</u>

Notas Explicativas**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2017	(52.248)	(2.785)	(55.033)
Provisão revertida (constituída) líquida	(18.150)	(193)	(18.344)
Recuperação de receita	8.020	-	8.020
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(17.877)	(299)	(18.176)
Baixa de contas a receber provisionadas	7.961	-	7.961
Saldo em 31/03/2018	(72.294)	(3.277)	(75.571)
Circulante	(69.812)	(3.277)	(73.089)
Não Circulante	(2.482)	-	(2.482)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2018	31/12/2017
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	466	-
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	1.278	485
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.014	1.038
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.759	1.523
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.554	6.119
ICMS a compensar	13.465	13.484
Programa de integração social - PIS	956	968
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.304	4.359
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.365	1.365
Outros	81	82
Outros tributos a compensar	28.725	26.377
Total circulante	31.484	27.900
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	19.580	19.498
Total não circulante	19.580	19.498

Notas Explicativas

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2017			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 31/03/2018		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	286.642	(94.112)	192.527	95.809	34.688	3.169	(44.751)	347.915	(66.471)	281.444
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(29.097)	(134.692)	(163.790)	13.447	45.828	(2.199)	-	(16.115)	(90.600)	(106.715)
Custos energia elétrica	474.743	81.139	555.882	(221.985)	(26.593)	2.254	(44.751)	209.273	55.534	264.807
ESS e EER (***)	(115.803)	(113.044)	(228.848)	(13.356)	39.062	(2.981)	-	(124.922)	(81.200)	(206.122)
Proinfa	-	(13.378)	(13.378)	768	4.640	(202)	-	768	(8.940)	(8.172)
Rede básica	11.030	12.236	23.266	11.789	(4.029)	343	-	22.989	8.380	31.369
Repasse de Itaipu	139.896	62.941	202.836	16.322	(20.843)	2.851	-	158.186	42.980	201.166
Transporte de Itaipu	8.882	4.808	13.689	1.101	(1.584)	226	-	10.142	3.290	13.432
Neutralidade dos encargos setoriais	(6.053)	69.737	63.685	(12.873)	(21.276)	(145)	-	(19.071)	48.462	29.391
Sobrecontratação	(196.956)	(63.859)	(260.815)	300.597	19.483	3.023	-	106.665	(44.377)	62.288
Outros componentes financeiros	(159.560)	44.536	(115.024)	(83.143)	(5.196)	(5.218)	-	(219.142)	10.561	(208.581)
Risco hidrológico	-	-	-	(72.690)	-	(564)	-	(73.254)	-	(73.254)
Outros	(159.560)	44.536	(115.024)	(10.453)	(5.196)	(4.654)	-	(145.888)	10.561	(135.327)
Total	127.082	(49.576)	77.503	12.667	29.492	(2.049)	(44.751)	128.773	(55.910)	72.863
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.527
Ativo não circulante	-	-	114.225	-	-	-	-	-	-	32.336
Passivo circulante	-	-	(36.722)	-	-	-	-	-	-	-

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**9.1 - Composição dos créditos fiscais:**

	31/03/2018	31/12/2017
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	-	776
Benefício fiscal do intangível incorporado	10.956	11.215
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(4.394)	(8.773)
Subtotal	6.562	3.218
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	-	2.300
Benefício fiscal do intangível incorporado	37.602	38.491
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(12.468)	(24.632)
Subtotal	25.134	16.159
Total	31.697	19.377

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações

Notas Explicativas

Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial". O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2018 e 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,86%.

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/03/2018		31/12/2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.692	24.145	8.505	23.625
Entidade de previdência privada	2.474	6.872	2.331	6.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.801	18.893	4.953	13.758
Provisão energia livre	1.903	5.286	1.873	5.204
Programas de P&D e eficiência energética	4.449	12.358	4.366	12.129
Provisão relacionada a pessoal	905	2.513	702	1.949
Derivativos	(11.659)	(32.385)	(14.316)	(39.766)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.161)	(3.224)	(1.188)	(3.300)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(28.197)	(78.325)	(27.315)	(75.875)
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835
Instrumentos financeiros (CPC)	851	2.363	(120)	(333)
Outros	(267)	(1.004)	620	1.461
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.273	20.204	7.273	20.204
Total	(4.394)	(12.468)	(8.773)	(24.632)

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017:

	1º Trimestre 2018		1º Trimestre 2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	89.124	89.124	50.544	50.544
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(300)	(300)	(95)	(95)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	7.559	7.559	6.074	6.074
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	375	847	233	(231)
Base de cálculo	96.758	97.230	56.756	56.292
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(8.708)	(24.307)	(5.108)	(14.073)
Corrente	(9.865)	(27.206)	(5.505)	(14.979)
Diferido	1.157	2.899	397	906

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2017	968.375
Adições	15.921
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	10.162
Baixas	(768)
Saldo em 31/03/2018	993.690

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita

Notas Explicativas

operacional (nota 23) no resultado do período.

(11) OUTROS CRÉDITOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos - Fundação CESP	1.645	1.324	678	678
Cauções, fundos e depósitos vinculados	85	790	7.202	6.583
Ordens em curso	31.641	34.138	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.866	1.266	-	-
Despesas antecipadas	12.848	11.764	1.232	1.355
Contas a receber - CDE	24.771	34.657	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.773	2.872	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	5.140	5.880	-	-
Faturas diversas	3.817	1.605	-	-
Outros	9.227	4.857	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(3.277)	(2.785)	-	-
Total	93.537	96.370	9.112	8.616

Contas a receber – CDE – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.561 (R\$ 1.767 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 23.201 (R\$ 31.130 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 9 (R\$ 1.760 em 31 de dezembro de 2017) (nota 23.3).

No primeiro trimestre de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas no montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – CDE no valor de R\$ 1.775 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	
Saldo em 31/12/2017	783.400	174.710	958.110
Custo histórico	2.046.634	174.710	2.221.344
Amortização acumulada	(1.263.234)	-	(1.263.234)
Adições	-	50.312	50.312
Amortização	(24.729)	-	(24.729)
Transferência - intangíveis	20.723	(20.723)	-
Transferência - ativo financeiro	(25)	(15.896)	(15.921)
Baixa e transferência - outros ativos	(1.237)	-	(1.237)
Saldo em 31/03/2018	778.133	188.403	966.536
Custo histórico	2.061.875	188.403	2.250.278
Amortização acumulada	(1.283.742)	-	(1.283.742)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização” (nota 25).

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No primeiro trimestre de 2018 foram capitalizados R\$ 794 (R\$ 909 primeiro trimestre de 2017) a uma taxa média de 8,09% a.a. (nota 26).

Notas Explicativas**(13) FORNECEDORES**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Encargos de serviço do sistema	8.147	-
Suprimento de energia elétrica	267.143	338.527
Encargos de uso da rede elétrica	63.439	58.864
Materiais e serviços	43.810	81.146
Energia livre	39.441	38.824
Total	<u>421.980</u>	<u>517.360</u>

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Encargos, atualização monetária e MTM</u>	<u>Atualização cambial</u>	<u>Encargos pagos</u>	<u>Saldo em 31/03/2018</u>
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Investimento	202.745	(15.487)	3.378	-	(2.709)	187.926
Total ao custo	202.745	(15.487)	3.378	-	(2.709)	187.926
Mensuradas ao valor justo						
Moeda estrangeira						
Instituições financeiras	980.117	(215.824)	6.492	5.571	(7.805)	768.551
Marcação a mercado	(11.568)	-	22.251	-	-	10.684
Total ao valor justo	968.550	(215.824)	28.743	5.571	(7.805)	779.235
Gastos com captação	(3.358)	-	267	-	-	(3.091)
Total	<u>1.167.937</u>	<u>(231.311)</u>	<u>32.388</u>	<u>5.571</u>	<u>(10.513)</u>	<u>964.071</u>

Notas Explicativas

Mensuradas ao custo	Remuneração a.a	Condições de amortização	Garantias	31/03/2018			31/12/2017				
				Circulante		Total	Circulante		Total		
				Encargos	Principal		Encargos	Principal			
Moeda nacional											
BNDES											
FINEM IV	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	-	-	-	6	1.547	-	1.553	
FINEM IV	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	26	3.918	7.182	11.126	3.918	8.162	12.108	
FINEM IV	Pré fixado 8,0% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	2	467	-	469	561	47	610	
FINEM V	TJLP + 2,06% a 3,08% (d)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	94	14.742	11.057	25.893	14.716	14.716	29.540	
FINEM V	Pré fixado 2,5% (e)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	35	6.865	25.173	32.073	6.865	26.889	33.791	
FINEM V	Pré fixado 2,5% (f)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	2	395	1.448	1.845	395	1.547	1.944	
FINEM VI	TJLP + 2,12% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	182	12.641	37.924	50.747	12.619	41.012	53.823	
FINEM VI	Pré fixado 6,0% (h)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	60	3.879	19.397	23.336	3.879	20.367	24.308	
FINEM VI	SELIC + 2,62% a 2,66% (i)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	37	8.847	26.539	35.423	8.710	28.307	37.052	
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	14	4.000	3.000	7.014	4.000	4.000	8.016	
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				452	55.754	131.720	187.926	488	57.210	145.047	202.745
Moeda estrangeira											
Instituições financeiras											
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (1) (6)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	407	166.900	-	167.307	340	-	165.400	165.740
Sumitomo Mitsui	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (2) (j)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória	1.053	166.900	-	167.953	946	165.400	-	166.346
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (3)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	-	1.686	217.128	-	218.814
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (4) (6)	02 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.105	104.313	104.312	209.730	993	-	206.750	207.743
Operação sindicalizada (*) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC- Export Development Canada	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (5) (6)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.028	-	222.533	223.561	942	-	220.533	221.475
Marcação a mercado				-	1.121	9.563	10.684	-	519	(12.086)	(11.567)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				3.593	439.234	336.408	779.235	4.907	383.047	580.596	968.550
Gastos com captação (*)				-	(148)	(2.943)	(3.091)	-	(199)	(3.159)	(3.358)
Total				4.045	494.840	465.186	964.071	5.395	440.058	722.484	1.167.937

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:
 (1) 109,5% do CDI a.a. (2) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (3) 103,6% do CDI a.a. (4) 108,6% do CDI a.a. (5) 105,62% a 116% do CDI a.a.
 (6) Swap convertendo o custo da operação de variação de taxa de juros para taxas pré-fixadas entre 7,54% a 7,80%.

(a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI
 (b) taxa efetiva 45,68% do CDI
 (c) taxa efetiva 65,91% do CDI
 (d) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI
 (e) taxa efetiva 30,35% do CDI
 (f) taxa efetiva 30,65% do CDI
 (g) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI
 (h) taxa efetiva 48,39% do CDI
 (i) taxa efetiva 122,33% do CDI
 (j) taxa efetiva 107,3% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.
 (**) Operação sindicalizada – empréstimos financeiros em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC's 48, classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado) e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2018, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 779.235 (R\$ 968.550 em 31 de dezembro de 2017).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de março de 2018 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 10.684 (ganho de R\$ 11.567 em 31 de dezembro de 2017), compensados dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 7.074 (perda de R\$ 10.960 em 31 de dezembro de 2017), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram uma perda total líquida de R\$ 3.610 (ganho total líquido de R\$ 607 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/04/2019	129.097
2020	229.007
2021	77.024
2022	15.778
2023	3.774
2024	944
Subtotal	455.623
Marcação a mercado	9.563
Total	465.186

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia, de sua controladora CPFL Energia, a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais também devem ser atendidas durante todo o período contratual.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que todas as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES

	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2018
Debentures	604.891	215.000	(58.750)	13.223	(23.291)	751.073
Gastos com emissão	(2.627)	(261)	-	182	-	(2.706)
Total	602.264	214.739	(58.750)	13.405	(23.291)	748.368

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2018				31/12/2017				
						Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Total
						Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	
6ª Emissão														
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	759	-	44.000	44.759	1.950	-	44.000	-	45.950
7ª Emissão														
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1) (2)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	1.833	58.750	117.500	178.083	7.973	58.750	176.250	-	242.973
8ª Emissão														
2ª Série	246.000	109,5% CDI (1)	109,5% CDI	02 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2021	Fiança da CPFL Energia	2.058	-	246.000	248.058	7.669	-	246.000	-	253.669
9ª Emissão														
1ª Série	60.000	IPCA + 5,2901%	IPCA + 5,2901%	02 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Fiança da CPFL Energia	380	-	61.740	62.120	1.174	-	61.125	-	62.299
9ª Emissão														
Série Única	215.000	CDI + 0,48% (1)	106,2% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2021	Fiança da CPFL Energia	3.053	-	215.000	218.053	-	-	-	-	-
Gastos com emissão (*)						-	(108)	(2.598)	(2.706)	-	(108)	(2.519)	-	(2.627)
Total						8.083	58.643	681.642	748.368	18.767	58.642	524.855	-	602.264

(1) Swap convertendo o custo da operação da variação de taxa de juros para taxas pré-fixadas entre 6,73% e 7,61%

(2) O swap da operação representa 40,73% do principal da dívida

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Notas Explicativas

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
A partir de 01/04/2019	42.814
2020	58.071
2021	396.241
2022	122.860
2023	30.798
2024	30.858
Total	681.642

Adições no período:

9ª emissão

No primeiro trimestre de 2018, foram subscritas e integralizadas 215.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 215.000 (R\$ 214.739 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos serão destinados para reforço do capital de giro.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam, cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2018 estão sujeitas há condições restritivas, que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA máximo de 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro mínimo de 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as demais debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Notas Explicativas

Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	141.724
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.093
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(5.908)</u>
Passivo atuarial líquido em 31/03/2018	139.909
Outras contribuições	<u>602</u>
Total passivo	<u>140.511</u>
Circulante	15.871
Não circulante	124.640

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Trimestre 2018</u>	<u>1º Trimestre 2017</u>
Custo do serviço	1.091	788
Juros sobre obrigações atuariais	28.657	31.890
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(25.655)</u>	<u>(28.367)</u>
Total da despesa (receita)	<u>4.093</u>	<u>4.311</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	7,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a. a.	5,00% a. a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	302	302
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	26.565	57.149
Bandeiras tarifárias e outros	<u>21</u>	<u>53.779</u>
Total	<u>26.888</u>	<u>111.230</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 30.584, (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 10.701 (R\$ 10.701 em 31 de dezembro de 2017) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 15.864 (R\$ 15.864 em 31 de dezembro de 2017). No primeiro trimestre de 2018 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – CDE (nota 11) no valor de R\$ 1.775.

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 23.4)

Notas Explicativas**(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	907
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	607
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	1.514
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	108.996	115.711
Programa de integração social - PIS	5.427	5.474
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	24.997	25.212
Outros	4.593	4.268
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	144.013	150.664
Total	144.013	152.178

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2018		31/12/2017	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	34.630	13.563	32.926	13.586
Cíveis	24.963	29.712	24.597	30.362
Fiscais				
Imposto de renda	148.297	159.576	147.100	158.276
Outras	33.940	7.384	32.089	7.179
	<u>182.238</u>	<u>166.960</u>	<u>179.189</u>	<u>165.455</u>
Outros	2.581	-	4.375	-
Total	<u>244.412</u>	<u>210.235</u>	<u>241.088</u>	<u>209.403</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2018
Trabalhistas	32.926	1.849	(669)	(1.540)	2.063	34.630
Cíveis	24.597	2.707	(1.192)	(2.381)	1.232	24.963
Fiscais	179.189	1.610	(201)	(13)	1.653	182.238
Outros	4.375	-	(1.858)	-	64	2.581
Total	<u>241.088</u>	<u>6.166</u>	<u>(3.919)</u>	<u>(3.934)</u>	<u>5.012</u>	<u>244.412</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Notas Explicativas

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estavam assim representadas:

	31/03/2018	31/12/2017	Principais causas
Trabalhistas	77.696	76.965	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	116.404	121.742	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	487.620	467.045	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatórias	3.706	3.613	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	685.426	669.365	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Consumidores e concessionárias	11.233	15.504	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	39.672	36.732	9.172	13.953
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	17.109	21.983	11.543	7.294
EPE / FNDCT / PROCEL	4.515	3.367	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.606	13.987
Adiantamentos	1.586	1.584	134	139
Descontos tarifários - CDE	8.527	5.479	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	159	219	-	-
Folha de pagamento	1.454	2.151	-	-
Participação nos lucros	10.193	8.246	1.317	1.395
Convênios de arrecadação	13.364	12.491	-	-
Outros	5.103	3.079	2.220	-
Total	112.914	110.834	37.992	36.768

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	56.108	31.363
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	29.564.003
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	-	23.532.768
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	1,06	0,57
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	-	0,62

Nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2018	31/03/2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.620.281	1.592.659	1.042	1.051	654.139	593.460
Industrial	6.344	6.459	287	322	156.891	150.034
Comercial	82.367	83.631	477	507	275.306	253.812
Rural	7.255	7.200	27	26	10.416	8.834
Poderes públicos	8.151	8.330	56	55	30.321	26.333
Iluminação pública	2.142	2.081	81	79	27.151	24.621
Serviço público	1.180	1.176	56	57	26.588	23.643
Fornecimento faturado	1.727.720	1.701.536	2.025	2.097	1.180.812	1.080.737
Consumo próprio	140	139	1	1	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	33.872	9.011
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(431.274)	(399.786)
Fornecimento de energia elétrica	1.727.860	1.701.675	2.026	2.098	783.410	689.962
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			30	30	9.785	5.327
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(2.809)	(642)
Energia elétrica de curto prazo			-	539	2.159	91.962
Suprimento de energia elétrica			30	569	9.135	96.647
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					434.084	400.428
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					150.019	88.755
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(1.790)	-
Receita de construção da infraestrutura de concessão					41.665	47.292
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					42.159	20.911
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					9.802	8.143
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liimnares					32.177	45.403
Outras receitas e rendas					19.861	18.045
Outras receitas operacionais					727.977	628.977
Total da receita operacional bruta					1.520.521	1.415.587
Deduções da receita operacional						
ICMS					(257.344)	(229.062)
PIS					(24.159)	(22.550)
COFINS					(111.276)	(103.868)
ISS					(22)	(23)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(191.106)	(180.015)
Programa de P & D e eficiência energética					(8.655)	(7.945)
PROINFA					(9.770)	(14.306)
Bandeiras tarifárias e outros					(272)	(6.924)
Outros					(907)	(1.006)
					(603.511)	(565.697)
Receita operacional líquida					917.011	849.889

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

23.2 - Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”)

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2017 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 7,69%, sendo 6,33% relativos ao reajuste econômico e 1,37% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2016). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 17,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado ao RTA

Notas Explicativas

ocorrido em outubro de 2016. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2017 a 22 de outubro de 2018.

Em 18 de outubro de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em -12,54%, sendo -5,35% relativos ao reajuste econômico e -7,19% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTP/2015). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -24,21% (conforme divulgado na Resolução Homologatória, quando comparado à Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) ocorrida em outubro de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2017.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro trimestre de 2018, foi registrada receita de R\$ 32.177 (R\$ 45.403 no primeiro trimestre de 2017), sendo (i) R\$ 2.180 (R\$ 2.430 no primeiro trimestre de 2017) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 29.973 (R\$ 24.958 no primeiro trimestre de 2017) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 24 (R\$ 18.015 no primeiro trimestre de 2017) de desconto tarifário – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber – CDE (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

No primeiro trimestre de 2018, a ANEEL homologou as Bandeiras Tarifárias faturadas de novembro, dezembro de 2017 e janeiro de 2018. O montante homologado nesse período foi de R\$ 54.083. Deste montante R\$ 44.751, referente a novembro e dezembro de 2017, foram utilizados para compensar parte do ativo e passivo financeiro setorial (nota 8) e R\$ 9.332 referente a homologação de janeiro de 2018, em função do Despacho de Encerramento nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017, foram classificados como constituição do ativo e passivo financeiro setorial. O montante de R\$ 21, referente a Bandeira Tarifária faturada de fevereiro e março de 2018 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio das REH nº 2.358, de 19 de dezembro de 2017, alterada pela REH nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2018. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de outubro de 2017 a setembro de 2018.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Notas Explicativas

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	524	565	106.955	108.128
PROINFA	45	48	15.997	10.231
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.916	2.491	408.607	472.808
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(46.686)	(54.683)
Subtotal	2.485	3.104	484.872	536.485
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			123.448	43.760
Encargos de transporte de Itaipu			11.903	2.894
Encargos de conexão			5.616	4.181
Encargos de uso do sistema de distribuição			4.736	3.376
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER			8.081	(9.925)
Encargos de energia de reserva - EER			11.451	-
Crédito de PIS e COFINS			(15.284)	(4.096)
Subtotal			149.951	40.190
Total			634.823	576.675

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais Gerais e administrativas		Outros		Total	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Pessoal	24.569	24.716	-	-	4.840	6.170	5.991	9.640	-	-	35.359	40.526
Entidade de previdência privada	4.093	4.311	-	-	-	-	-	-	-	-	4.093	4.311
Material	4.712	4.130	17	20	108	191	709	205	-	-	5.545	4.546
Serviços de terceiros	12.827	6.909	48	48	10.328	10.522	12.552	11.984	-	-	35.705	29.783
Amortização	20.640	19.268	-	-	174	137	3.874	4.453	-	-	24.688	23.857
Custos com construção da infraestrutura	-	-	41.665	47.292	-	-	-	-	-	-	41.665	47.292
Outros	91	2.396	-	-	13.891	16.351	4.440	19.645	2.900	1.460	21.322	39.851
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.481	3.271	-	-	-	-	3.481	3.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	10.324	12.998	-	-	-	-	10.324	12.998
Amendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	1.075	1.106	-	-	1.075	1.106
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	195	205	-	-	195	205
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	1.899	16.638	-	-	1.899	16.638
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	146	154	-	-	146	154
Fúndio (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulantes	-	516	-	-	-	-	-	-	2.912	1.470	2.912	1.960
Outros	91	1.881	-	-	86	82	1.126	1.542	(11)	(11)	3.252	3.494
Total	66.931	61.730	41.730	47.359	29.340	33.770	27.516	45.846	2.900	1.460	168.417	190.165

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	2.716	18.110
Acréscimos e multas moratórias	11.975	10.607
Atualização de créditos fiscais	19	57
Atualização de depósitos judiciais	1.905	3.324
Atualizações monetárias e cambiais	1.944	957
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	263	248
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.610)	(1.791)
Outros	1.770	1.510
Total	18.982	33.022
Despesas		
Encargos de dívidas	(23.585)	(25.236)
Atualizações monetárias e cambiais	(15.056)	(31.524)
(-) Juros capitalizados	794	909
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(2.049)	(6.312)
Outros	(3.731)	(3.364)
Total	(43.627)	(65.527)
Resultado financeiro	(24.646)	(32.505)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o primeiro trimestre de 2018 e 2017 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

Notas Explicativas

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos dos ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 13.741 no primeiro trimestre de 2018 (perdas líquidas de R\$ 52.365 no primeiro trimestre de 2017) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de março de 2018, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2018, faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN que tinham vencimento original de novembro a dezembro de 2017. A Companhia renegociou, para pagamento em janeiro de 2019, o vencimento original de fevereiro a março de 2018 referente a faturas de compra de energia com a controlada CPFL Geração.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2018, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 760 (R\$ 1.263 no primeiro trimestre de 2017). Este valor é composto por R\$ 751 (R\$ 1.251 no primeiro trimestre de 2017) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 9 (R\$ 12 no primeiro trimestre de 2017) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	31/12/2017	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2017
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	189	8.150	3.400

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Notas Explicativas

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2017	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2017
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	24	99	518	209	-	-	-	(321)
Companhia Paulista de Força e Luz	2.312	695	1.616	557	-	-	(508)	102
Companhia Luz e Força Santa Cruz (*)	-	-	-	-	-	-	-	(99)
Companhia Leste Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(29)
Companhia Sul Paulista de Energia (*)	-	-	-	-	-	-	-	(38)
Companhia Jaguarí de Energia	1.294	80	198	12	-	-	(1.080)	5
Companhia Luz e Força de Mococa (*)	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Rio Grande Energia S.A.	1.805	226	62	14	-	-	(1.716)	(619)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	2.589	-	394	-	-	-	(2.191)	-
CPFL Geração de Energia S.A.	21	78	160	37	-	-	-	(281)
CPFL Energia S.A.	144	71	-	-	-	-	(143)	(316)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(7)	(4)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	7	58	4	5	-	-	-	(121)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	2	3	-	1	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(8)
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	219	210
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	35	29	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	196	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	7.429	76.440	5.131	12.817	-	27	4.861	3.734
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	753	812	-	-	2.233	2.379
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	662	705	-	-	2.164	1.887
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	51
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	794	785	-	-	2.548	2.424
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	1.562	1.596	-	-	4.732	3.375
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	17.025	17.501	-	-	17.088	16.285
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	9	9
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	9.195	8.271	-	-	13.948	16.602
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	114	85	-	-	259	187
Campos Novos Energia S.A.	-	-	17.023	17.600	-	-	25.970	26.508
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	4.478	13.334	-	-	13.002	13.193
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	11.376	11.359	-	-	32.255	32.602
CPFL Renováveis - Consolidado	46	-	497	957	-	-	1.428	3.721
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	12	10
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	10	-
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	9	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	146	96

(*) As informações referente ao resultado do 1º trimestre de 2018 estão apresentadas na Companhia Jaguarí de Energia em função da incorporação destas empresas em 31/12/2017.

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Ativo	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/03/2018	
					Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	118.905	118.905
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	1	1
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	145.023	145.023
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	(2)	Nível 3	993.690	993.690
					1.257.619	1.257.619
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	(1)	Nível 2 (***)	187.174	173.570
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	776.897	776.897
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	(1)	Nível 2 (***)	748.368	753.669
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	14.250	14.250
					1.726.689	1.718.386

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 22.251 no 1º Trimestre 2018 (uma perda de R\$ 11.223 no 1º Trimestre 2017).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda**Categoria:**

- (a) - Valor justo contra o resultado
(b) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
(2) - Mensurado ao valor justo

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial e (x) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve no 1º trimestre de 2018 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no primeiro trimestre de 2018 R\$ 10.162, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)					Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (2)	Ganho (Perda) na marcação a mercado			
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:								
Hedge variação cambial:								
Citibank	50.102	-	50.102	49.544	558	dólar	03/2019	117.250
Bradesco	27.810	-	27.810	28.158	(348)	dólar	04/2018	55.138
J.P. Morgan	27.811	-	27.811	28.160	(348)	dólar	04/2018	55.138
Citibank	39.300	-	39.300	38.191	1.109	dólar	01/2020	169.838
Bradesco	-	(2.159)	(2.159)	(3.514)	1.354	dólar	05/2021	-
Bank of America Merrill Lynch	-	(1.861)	(1.861)	(3.501)	1.640	dólar	05/2021	-
Citibank	-	(2.000)	(2.000)	(3.507)	1.507	dólar	05/2021	-
Bank of America Merrill Lynch	-	(906)	(906)	(1.761)	855	dólar	05/2021	29.516
Citibank	-	(1.018)	(1.018)	(1.765)	747	dólar	05/2021	29.516
Subtotal	145.023	(7.944)	137.079	130.004	7.074			
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:								
Hedge variação de taxa de juros (1)								
Bank of America Merrill Lynch	-	(271)	(271)	(11)	(260)	CDI	01/2019	71.786
Bradesco	-	(237)	(237)	(18)	(220)	CDI	01/2019	44.000
Santander	-	(1.496)	(1.496)	(116)	(1.379)	CDI	01/2019	246.000
Bradesco	-	(1.160)	(1.160)	(87)	(1.073)	CDI	01/2019	215.000
Itau	-	(705)	(705)	(53)	(652)	CDI	01/2019	117.250
Itau	-	(1.013)	(1.013)	(77)	(936)	CDI	01/2019	169.838
Itau	-	(1.424)	(1.424)	(103)	(1.321)	CDI	01/2019	236.127
Subtotal	-	(6.306)	(6.306)	(465)	(5.841)			
	145.023	(14.250)	130.773	129.539	1.233			
Circulante	125.671	(6.306)						
Não circulante	19.352	(7.944)						
Total	145.023	(14.250)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

(2) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida original contratada.

	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e MTM	Liquidação	Saldo em 31/03/2018
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	158.850	1.447	(30.293)	130.004
Para dívidas não designadas a valor justo	213	274	(952)	(465)
Marcação a mercado (*)	(10.235)	11.468	-	1.233
	148.829	13.189	(31.245)	130.773

(*) Os efeitos no resultado de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 18.033 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) perda de R\$ 6.565 para as dívidas não designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	1º Trimestre 2018	1º Trimestre 2017
Varição de taxas de juros	274	(65)
Varição cambial	1.447	(57.615)
Marcação a mercado	12.020	5.315
	13.741	(52.365)

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Notas Explicativas

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2018 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(779.236)		(19.107)	180.479	380.065
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	782.404		19.185	(181.213)	(381.610)
Total	3.168	baixa dolar	78	(734)	(1.545)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2018 foi de R\$ 3,32 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,41, e a depreciação cambial de 2,45%, referente ao dólar de 31 de março de 2018.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2018 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 6,39% a.a.; TJLP 6,75% a.a., IPCA 2,72% a.a., e SELIC 8,03% a.a.), além das dívidas com exposição a indexadores pré-fixados os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 66.180 (despesa de CDI R\$ 7.594, TJLP R\$ 5.173 sendo o restante referente a indexadores pré-fixados R\$ 81.758 e receita com SELIC R\$ 3.007 e IPCA R\$ 25.338). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário provável (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	97.354		(166)	1.348	2.862
Instrumentos financeiros passivos	(688.953)		1.171	(9.542)	(20.255)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	472.751		(804)	6.548	13.899
	(118.848)	alta CDI	201	(1.646)	(3.494)
Instrumentos financeiros passivos	(76.641)	alta TJLP	115	(1.150)	(2.414)
Instrumentos financeiros passivos	(62.120)		(708)	(109)	491
Ativo financeiro da concessão	993.690		11.328	1.739	(7.850)
	931.570	baixa IPCA	10.620	1.630	(7.359)
Ativos e passivos financeiros setoriais	72.863		(1.261)	(2.408)	(3.556)
Instrumentos financeiros passivos	(36.423)		613	1.171	1.729
	37.440	baixa SELIC	(648)	(1.237)	(1.827)
Total	773.521		10.288	(2.403)	(15.094)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 6,22%, 6,60%, 3,86% e 6,30% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Notas Explicativas

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre de 2018, no montante de R\$ 794 (R\$ 909 no primeiro trimestre de 2017) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 – Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 27 de abril de 2018 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2017, através de (i) juros sobre capital próprio no montante de R\$ 33.464, atribuindo-se para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,630250424.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 07 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo-SP Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2017.

Campinas, 7 de maio de 2018.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755, km 2,5, Parque São Quirino, Campinas, CEP 13088-140 Campinas - São Paulo-SP Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2018;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 31 de março de 2018.

Campinas, 07 de maio de 2018.

Carlos Zamboni Neto

Diretor Presidente

Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de
Freitas
Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia